

**A CRÍTICA TEXTUAL
ATRAVÉS DA EDIÇÃO CRÍTICA DA LÍRICA DE CAMÕES
DE LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO**

José Pereira da Silva (UERJ/UFAC)
pereira@filologia.org.br

RESUMO

A crítica textual (ou crítica verbal) faz parte da ecdótica (ou edição de textos) como seu núcleo filológico, preocupando-se com a questão do estabelecimento do texto. Portanto, a crítica textual se preocupa com a edição crítica, mas também com qualquer tipo de estabelecimento crítico de textos, em grande variedade de tipos de edição (crítica, genética, interpretativa, diplomática, paleográfica etc.), mas não cuida da impressão, montagem, encadernação etc., que são tarefas da ecdótica. Sua história é milenar, mas teve sua fixação como ciência a partir de Lachmann, que desencadeou grande revolução nos estudos teóricos da crítica textual, já bem mais evoluídos no século XXI. Trataremos, resumidamente, das noções de *recensio*, *collatio*, *eliminatio codicum descriptorum*, *stemma codicum*, *emendatio (ope codicum e ope conjecturae)*, *selectio e constitutio textus*, como momentos específicos do trabalho do editor da *Lírica de Camões*, mostrando a aplicação prática que delas fez Leodegário em exemplos da obra do Poeta. A aplicação crítica dos conceitos da *lectio difficilior versus lectio faciliior*, da *lectio quae alterius originem explicat potior*, etc. na *emendatio*, será mostrada em exemplos reais da lírica de Camões e explicada, conforme as justificativas do próprio editor crítico em questão. Quase todas as normas de *emendatio* de Lachmann são aplicáveis à edição crítica da lírica de Camões, como demonstraremos com exemplos, porque deve ser preferível (*potior*): a *lectio antiquior*, a *lectio melioris codicis*, a *lectio plurium codicum*, a *lectio difficilior*, a *lectio brevior*, a *lectio quae alterius originem explicat* e a *eliminatio lectionum sigularium*, porque sempre se buscará a melhor lição, porque a *lectio melior potior*. Leodegário deixou nove volumes editados, faltando apenas as rondilhas e o glossário, que estão sendo preparados por Marina Machado Rodrigues.

1. Introdução: a crítica textual e a ecdótica

Até bem recentemente ainda se fazia confusão entre crítica textual e ecdótica ou edótica, conforme defende Segismundo Spina (1994), desde que Henri Quentin (1926) publicou os seus *Ensaio de crítica textual (ecdótica)*, divulgando o termo que já havia aparecido no século XIX, no *Manual de filologia clássica* de Salomon Reinach (1879, reeditado em 1883).

Em sua *Iniciação em crítica textual*, reeditada como *Base teórica de crítica textual*, Leodegário A. de Azevedo Filho (1987, p. 15 e 2004, p. 19) esclarece que a crítica textual é o núcleo da ecdótica, a parte que consiste na atividade especificamente filológica da edição de textos, esclarecendo que elas não se opõem, mas se completam.

Mais recentemente, na palestra “Sobre o conceito de crítica textual”, proferida na I Semana Nacional de Crítica Textual e Edição de Textos, em 2007, ele reafirma:

Crítica textual é, essencialmente, a atividade filológica de um grupo mais amplo de atividades definido como ecdótica.

Na verdade, a ecdótica trata de todo o processo de preparação e realização da edição de um texto, inclusive por meio de processos mecânicos, que incluem também a preparação desse material para a publicação.

1.1. Definições

Crítica textual, portanto, é o trabalho filológico da edição de textos, que consiste nas seguintes etapas, segundo Leodegário: a) recensão; b) colação; c) exclusão dos códices transcritos ou copiados; d) classificação estemática da tradição manuscrita (se houver) e da tradição impressa (textos não eliminados); e) correção; f) constituição do texto crítico, após a seleção; g) apresentação do texto reconstituído; e h) aparato de variantes. (Cf. AZEVEDO FILHO, 1987, p. 16).

Ecdótica é termo de sentido mais extenso, que inclui as atividades de diagramação, impressão, encadernação (ou adaptação ao suporte midiático ou eletrônico), divulgação e distribuição da obra.

1.2. A história da crítica textual

A história da crítica textual pode ser sintetizada no seguinte fragmento de Azevedo Filho (1987 e 2004):

Dos períodos grego, alexandrino e romano aos nossos dias, bem ou mal sobrevivendo na Idade Média, chega a crítica textual ao Renascimento, em seguida, passando pelo Barroco e pelo Neoclassicismo, até o advento do método renovador de Lachmann, de que foram dissidentes D. Quentin, ainda que parcialmente, e Bédier, este último já em nítida posição divergente. Na verdade, em Lachmann e Bédier se encontram os dois pontos de partida da crítica textual de nossos dias, por isso mesmo dividida em duas grandes correntes: a neolachmanniana dos críticos alemães e italianos e a neobédieriana dos críticos franceses. (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 15-16 e 2004, p. 19-20)

Sinteticamente, pode-se dizer que, segundo o método lachmanniano, o texto é reconstituído a partir da comparação dos testemunhos, seguindo uma série de normas de preferência, cuidadosamente estudadas, depois de escolhido o texto de base. Mas o método bédieriano desconsidera tal possibilidade, propondo que, depois de selecionado o melhor testemunho, seja constituído o texto crítico por meio da inclusão das variantes encontradas nos demais testemunhos, geralmente em notas de pé de página.

1.3. A fixação do texto e suas fases

Da crítica textual depende a fixação do texto, independentemente do tipo de edição que se for fazer. No entanto, vamos tratar da edição mais elaborada, que é a edição crítica, visto que os outros tipos de edição podem ser bem mais simplificados, não se dispensando, no entanto, a sua fixação e a sua apresentação.

Na fixação do texto, é preciso cuidar das seis tarefas acima referidas: a) recensão; b) colação; c) exclusão dos códices copiados; d) classificação estemática; e) correção; f) constituição do texto crítico.

1.3.1. A recensio

A recensão consiste na coleta de todos os testemunhos conhecidos do texto, assim como os estudos críticos, traduções, citações, paráfrases etc., constituindo-se no primeiro momento da edição crítica. Sem o conhecimento desses elementos, a estemática se inviabiliza.

Para o soneto L: “Quem quiser ver de Amor ãa excelência” (AZEVEDO FILHO, 1989, p. 757-775), Leodegário encontrou quatro fontes manuscritas e duas fontes básicas¹ da tradição

¹ Numerosas edições impressas vieram depois dessas, todas apoiadas nessas duas. A edição de 1595 não trazia este soneto.

impressa: os manuscritos PR² – 48; CrB³ – 24; LF⁴ – 139v. e MA⁵ – 22 e 22v; e as fontes impressas RI⁶ – 27 e FS⁷ – III, 12.

Quem quiser ver de Amor ùa excelência,
onde sua fineza mais se apura,
atente onde me p[õe]⁸ minha ventura,
por ter de minha fé experiência.

Onde esperanças matam a longa a[u]sência,
em temeroso mar, e(m)⁹ guerra dura,
ali a saúde (me) faz segura,
quando mais risco corre, a paciência.

Ponha-me, enfim, Fortuna e o duro Fado
em no[j]o, morte, dano e perdição,
ou em sublime e próspera ventura;

ponha-me, enfim, em baixo ou em alto estado,
que até [na] dura morte me acharão,
na língua o nome, nalma a vista dura.

(AZEVEDO FILHO, 1989, p. 757 e 2004, p. 138)

1.3.2. A estemática

A estemática consiste em estabelecer o parentesco dos testemunhos não eliminados, através da colação deles, conforme uma teoria, segundo a qual, as cópias feitas por pessoas diferentes, em lugares e em épocas diferentes, dificilmente teriam o mesmo erro independentemente. Assim, as cópias que tiverem o mesmo erro, seguramente provêm da mesma fonte.

Para simplificar a exemplificação, utilizaremos um dos oito sonetos de Camões que só dispõe de um testemunho manuscrito, o soneto IX: “Dai-me ùa lei, Senhora, de querer-vos” (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 205-215), cuja tradição manuscrita provém de M – 171, apesar de ter três fontes básicas da tradição impressa: RH¹⁰ – 21v; RI – 18 e FS – I, 68.

Dai-me ùa lei, Senhora, de querer-vos,
que a guarde, sob pena de enojar-vos;
que a fé, que me obriga a tanto amar-vos,
Fará que fique em lei de obedecer-vos.

Tudo me defendei, senão só ver-vos,
e dentro na minha alma imaginar-vos;
que, se assi não chegar a contentar-vos,
ao menos que não chegue a aborrecer-vos.

E se essa condição cruel e esquiva
que me deis lei de vida não consente,
dai-ma, Senhora, já, seja de morte.

² PR – “Índice” do Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro. (Cf. VASCONCELOS, 1924).

³ CrB – Cancioneiro de Cristóvão Borges. (Cf. ASKINS, 1979)

⁴ LF – Cancioneiro de Luís Franco Correa. (Cf. CANCEIONEIRO, 1972)

⁵ MA – Manuscrito apenso a um exemplar das *Rhythmas*, da Biblioteca Nacional de Lisboa. (Cf. PEREIRA FILHO, 1974)

⁶ RI – *Rimas*, edição de 1598. (Cf. CAMÕES, 1598)

⁷ FS – Manuel de Faria e Sousa: *Rimas várias*. (Cf. CAMÕES, 1972)

⁸ Os acréscimos do editor ao texto base ficam dentro de colchetes.

⁹ As exclusões do editor ao texto base ficam dentro de parênteses.

¹⁰ RH – *Rhythmas*, edição de 1959. (Cf. CAMÕES, 1595).

Se nem essa me dais, é bem que viva
sem saber como vivo tristemente,
mas contente, porém, de minha sorte.

(AZEVEDO FILHO, 1987, p. 205 e 2004, p. 97)

Assim, pode-se estabelecer o seguinte estema para este soneto, em que se entende que RI provém de RH, que provém de M:

M
|
RH
|
RI

A edição de Faria e Sousa (FS), que foi muitíssimo importante na difusão da lírica de Camões, dá origem a uma nova tradição impressa, independente das anteriores (do século XVI).

1.3.3. *A emendatio*

É possível corrigir esses textos de duas formas: através dos testemunhos ou por conjectura. Sendo que a primeira forma não depende tanto dos conhecimentos gerais do editor, pois será feita com base na lei do predomínio numérico das variantes. A correção por conjectura, no entanto, dependerá dos fundamentos linguísticos, históricos, culturais etc. do editor.

Entre os conhecimentos linguísticos, merecem destaque os que dizem respeito à métrica (no caso de produção em versos), ao estilo do autor e da época em que ele viveu¹¹ e do contexto em que a obra foi produzida, porque esses elementos podem ser a solução para os casos em que não é possível encontrar matematicamente a melhor lição. Talvez seja por isto que se costuma dizer que o filólogo é ou precisa ser um erudito.

Já antes de Lachmann, a maioria dos seguintes princípios básicos da correção através dos testemunhos era conhecida, cabendo a ele, no entanto, a glória de tê-los organizado e divulgado na introdução de sua edição do livro *De Rerum Natura*, de Lucrécio:

a) a lição mais antiga é preferível

Nos dois sonetos dados como exemplo, naturalmente, os manuscritos são anteriores às edições e, por isto, sua lição é preferível.

b) a lição do melhor testemunho é preferível

É natural que o texto escrito com correção, com boa distribuição nas páginas, com grafia regular e em suporte de boa qualidade, supõe maior cuidado e profissionalismo do copista.

c) a lição do maior número de testemunhos é preferível

Naturalmente, não se pode considerar somatoriamente as cópias ou edições que descendem de outra já identificada, porque estas deverão ser eliminadas, caso sua fonte ainda esteja disponível.

d) a lição mais difícil é preferível

É natural que o copista ou editor interfira nos pontos que ele não entender em sua fonte, corrigindo-os para uma forma mais fácil ou mais compreensível.

e) a lição mais breve é preferível;

¹¹ A forma “ũa”, por exemplo, correspondente à forma atual “uma”, é característica da época em que viveu Camões, motivo pelo qual Leodegário a manteve em sua edição crítica., como se pode ver em “Dai-me ã lei, Senhora, de querer-vos”. Do mesmo modo, ainda não havia ocorrido plenamente a nasalização da palavra “assim” do verso “que se assi não chegar a contentar-vos”.

Supondo-se que o copista ou editor interfira para melhorar o texto, suas intervenções voluntárias são regularmente mais detalhadas do que a versão anterior, muitas vezes em forma de aposto.

f) a lição que explica a origem de outra é preferível.

É muito comum, por exemplo, haver uma palavra rasurada ou corrompida de algum outro modo, na fonte, deixando-a pouco legível. Na tentativa de interpretá-la, podem surgir diversas versões diferentes naquele ponto. Neste caso, a cópia que tiver essa falha será preferível.

2. Os tipos de edição de textos

Pode-se classificar uma edição por diversos critérios: pelo tamanho e qualidade do material utilizado (livro de bolso, edição compacta etc.; de luxo ou popular); pelo sistema de registro (impressa, digital, eletrônica etc.); pela publicação da edição (edição príncipe, limitada, comemorativa, extra etc.); pelo critério da permissão (autorizada, clandestina, pirata etc.); quanto à integralidade (integral, expurgada, adaptada); quanto à reelaboração (ampliada, corrigida, modernizada, atualizada) etc. Em se tratando do estabelecimento do texto, as edições podem ser monotestemunhais ou politestemunhais.

2.1. Edições monotestemunhais

As edições monotestemunhais podem ser fac-similares ou mecânicas, diplomáticas, paleográficas (semidiplomáticas ou diplomático-interpretativas) e interpretativas.

2.1.1. Edição fac-similar ou mecânica

A edição fac-similar ou mecânica praticamente não tem qualquer mediação ou intervenção do editor no estabelecimento do texto, apesar de haver, naturalmente, vários outros elementos em que dependerá dele em sua elaboração. Uma fotocópia é uma edição fac-similar. A projeção de um texto em uma tela ou monitor é uma edição fac-similar. (Veja também **Fig. 1**)

Um exemplo na produção de Leodegário é a edição de *Os Lusíadas*, de 2007, precedida de um longo estudo filológico de mais de 120 páginas.

2.1.2. Edição diplomática

A edição diplomática consiste em uma transcrição conservadora do texto, com todos os elementos da fonte: abreviaturas, sinais de pontuação, paragrafação, translineação, separação de vocábulos etc. Pode ser muito útil para a edição de manuscritos antigos ou de difícil leitura. Com as facilidades tecnológicas de hoje, a edição diplomática costuma vir acompanhada da reprodução da fonte (manuscrita), que se pode exemplificar com a Carta de Pero Vaz de Caminha. (Veja também **Fig. 2**)

2.1.3. Edição paleográfica ou diplomático-interpretativa

A edição diplomático-interpretativa ou semidiplomática é um meio termo entre a edição diplomática e a edição interpretativa, admitindo-se intervenções formais no texto para facilitar sua compreensão a um público mais ampliado que a diplomática. Aqui se desenvolvem abreviaturas, se desfazem conglomerados gráficos, se incluem ou excluem palavras no texto, seja para facilitar a leitura e compreensão do texto, seja para corrigir erros evidentes na fonte. Essas in-

tervenções no texto devem ser explicitadas na introdução metodológica ou em notas de pé de página.

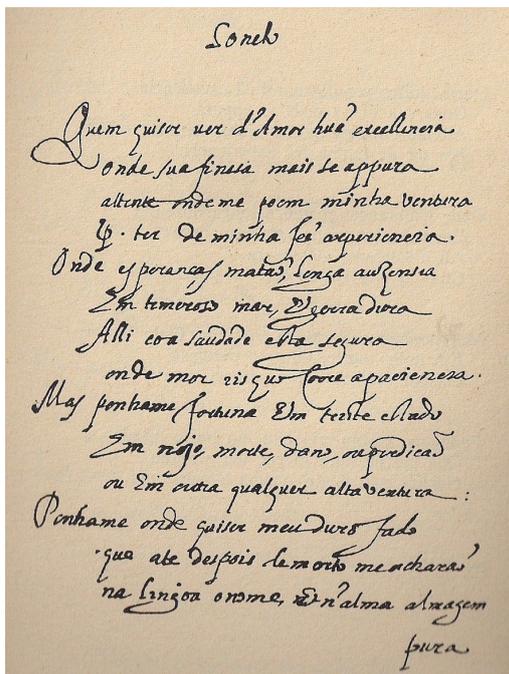


Fig. 1. Edição mecânica

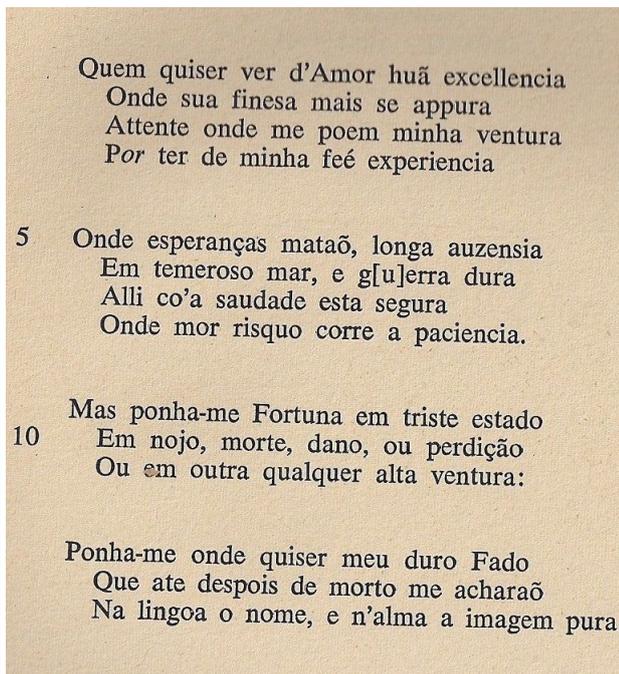


Fig. 2. Edição diplomática

2.1.4. Edição interpretativa

Na edição interpretativa o editor pode ter o grau máximo de mediação no texto, atualizando-se a ortografia, desenvolvendo-se as abreviaturas, resolvendo os casos de conglomerados gráficos, com possibilidade de se incluírem todas as conjecturas que aproximem o texto de sua forma genuína. Além de ser necessário que todas as intervenções fiquem claramente marcadas no texto ou explicitadas na introdução metodológica, fique claro também que não se admite a unificação das variantes fonológicas, morfossintáticas ou lexicais.

A denominação de edição crítica é bastante frequente para uma edição baseada em um testemunho, o que deve ser corrigido, como bem aconselha Cambraia (2005, p. 97). Aquela inclui tarefas que são dispensadas nesta, além de ser muito mais segura a reconstituição da vontade do autor na edição crítica, por haver a vantagem da comparação de mais de um testemunho.

2.2. Edições politemunhais

As edições politemunhais podem ter a pretensão de reconstituir a forma mais próxima do original do autor (edição crítica), de demonstrar o processo de criação de uma obra (edição genética) ou, simultaneamente, flagrar o autor em seu processo criativo e estabelecer a versão mais próxima possível da que o autor pretendeu criar (edição crítico-genética).

2.2.1. Edição crítica

Possibilitando e exigindo maior sofisticação no estabelecimento do texto, a edição crítica se constitui o objeto por excelência da crítica textual, apesar de nem sempre ter sido exequível, como são os casos da lírica de Camões e da obra poética de Gregório de Matos.

A tarefa específica do filólogo consiste no estabelecimento do texto, mas a edição não se conclui com isto. É necessário que se organize a apresentação do texto, geralmente constituída de sumário, apresentação, introdução, texto, glossário e referências bibliográficas.

É no estabelecimento do texto que se realizam a revisão e a reconstituição do texto, seguindo os princípios básicos da crítica textual, referidos acima, no item 1.3.

2.2.2. Edição genética

Segundo Eduardo Silva Dantas de Matos, citando Almuth Grésillon, informa que

as *edições genéticas* visam à **publicação** de manuscritos mostrando o trabalho do escritor. A edição genética não tem como objeto a publicação de uma obra textual, mas a edição do que se encontra aquém: um certo estado inacabado ou ainda virtual, da escrita. Ela não estabelece um texto, mas procura tornar visível e inteligível uma etapa de sua gênese ou o processo integral que a originou. (GRÉSILLON, 2007, p. 91, *apud* MATOS, 2012, p. 106)

Pode-se dizer, ainda segundo Matos, que “a prática de edição genética consiste na construção de um dispositivo que permita a visualização, a leitura e a crítica dos movimentos de construção de um texto, nos bastidores de um projeto de escritura”. (*Idem, ibidem*)

Elisabeth Baldwin (2010, p. 178), estabelecendo um diálogo entre a crítica genética e a história cultural, lembra que Grésillon, na década de 70 já buscava demarcar o campo da nova ciência, identificando e buscando três caminhos para isto: “1) promover uma nova estética literária: a da produção (ou da criação); 2) permitir uma nova história literária: a das práticas de escritura; 3) abrir um novo espaço científico: o da produção escrita, em geral.”

2.2.3. Edição crítico-genética

Rosa Borges, tratando da edição crítica em perspectiva genética, ensina que a edição crítico-genética “é uma prática editorial que concilia duas metodologias afins, no campo da filologia: a crítica textual e a crítica genética” (BORGES, 2012b, p. 60), lembrando, no entanto que,

em uma edição crítica, o objetivo está ainda na fixação do texto. Quando, porém, se leva em conta o “processo” da criação de um texto dentro daquilo que seria, com maior exatidão, a situação textual planejada, projetada e realizada pelo autor, a edição reverte-se em um exemplo concreto da práxis filológica, ao tirar do recôndito obras que não alcançaram grande público. (*Idem*, p. 61)

Em outro trabalho, citando e traduzindo Morrás, Rosa Borges destaca a necessidade de se inovar na edição filológica de textos, nos seguintes termos: “A informática interessa a estas correntes da crítica, sobretudo por seus novos meios de apresentação de texto que brinda o formato eletrônico e por sua capacidade de armazenar grandes quantidades de texto com um custo e espaço mínimos”. (BORGES, 2012a, p. 135, nota 8)

Naturalmente, como não se preservaram originais nem rascunhos da obra lírica de Camões, as edições genéticas e crítico-genéticas seriam inadmissíveis.

3. *A Lírica de Camões: volumes editados por Leodegário A. de Azevedo Filho*

No plano geral da obra, estabelecido no primeiro volume (1984), a lírica de Camões seria publicada em sete volumes: I (história, Metodologia, *Corpus*), II (Sonetos), III (Canções e Odes), IV (Tercetos e Oitavas), V (Éclogas e Sextina), VI (Redondilhas) e VII (Glossário).

Desde 2002, no entanto, Leodegário vem informando que o segundo tomo das éclogas está no prelo, mas até hoje não saiu, infelizmente, o que o deve ter magoado e desestimulado bastante, a ponto de não concluir o trabalho que foi o sonho de sua vida.

O volume 1, de 1984, foi impresso em 1985, com 509 páginas;

O volume 2 teve o tomo I publicado em 1987, e o tomo II em 1989, com 1062 páginas;

O volume 3 teve o tomo I publicado em 1995, com 640 páginas (não possuo o tomo II);

O volume 4 teve o tomo I publicado em 1998, com 494 páginas, e o tomo II em 1999, com 300 páginas;

O volume 5 teve o tomo I publicado em 2001, com 413 páginas. O segundo tomo já está com a editora há vários anos.

Os volumes 6 e 7 estão sendo preparados por Marina Machado Rodrigues, seguindo os mesmos critérios dos volumes anteriores.

4. Conclusões

A crítica textual não é um método utilizado apenas para fazer edições críticas, apesar de serem estas as que utilizam mais intensamente essa metodologia filológica. Além de haver edições críticas mais ou menos conservadoras, dependendo do público a que se destine: se a filólogos e linguistas, como a edição da *Lírica de Camões*, empreendida por Leodegário, ou a leitores comuns, como *Sonetos de Luís de Camões*, pela Francisco Alves (AZEVEDO FILHO, 2004) ou *Triste fim de Policarpo Quaresma*, coordenada por Houaiss e Negreiros (1997), há também vários tipos de edição mais e menos elaboradas, com utilização da crítica textual juntamente com outros métodos, como a edição interpretativa e a edição crítico-genética, por exemplo.

Não é possível tratar em pouco tempo todas as principais questões que envolvem a crítica textual, assim como não seria possível analisar em pouco tempo os dez tomos da *Lírica de Camões* já publicados por Leodegário pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASKINS, Arthur Lee-Francis. (Ed.). *The cancionero de Cristóvão Borges*. Berkeley: University of California Press, 1979.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Base teórica de crítica textual*. 2. ed. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.

_____. Estudo filológico. In: CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Edição fac-similada. Apresentação de Arno Wehling. Prefácio de Nicolás Extremera Tapia. [Rio de Janeiro]: Francisco Alves, [2007], p. 19-140.

_____. *Iniciação em crítica textual*. Apresentação de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1987.

_____. Sobre o conceito de crítica textual. In: I Semana Nacional de Crítica Textual e Edição de Textos. *Anais...* Promovida pelo Grupo de Pesquisas “Crítica Textual e Edição de Textos”, e o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, no Departamento de Letras da FFP/UERJ, São Gonçalo (RJ), 12 a 16 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/snctet/anais/11.htm>>. Acesso em: 07-08-2012.

_____. *Lírica de Camões*, vol. I: História, Metodologia, *Corpus*. Apresentação de Antônio Houaiss. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

_____. *Lírica de Camões*, vol. II, t. I e t. II – *Sonetos*. Apresentação de Sílvio Elia. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 e 1989.

_____. *Lírica de Camões*, vol. III, t. I – *Canções*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

_____. *Lírica de Camões*, vol. III, t. II – *Odes*. Apresentação de Roger Bismut. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

_____. *Lírica de Camões*, vol. IV, t. I – *Elegias em Tercetos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

_____. *Lírica de Camões*, vol. IV, t. II – *Oitavas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

_____. *Lírica de Camões*, vol. V, t. I e II – *Éclogas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001 e [no prelo].

_____. *Sonetos de Luís de Camões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2004.

BALDWIN, Elisabeth. A crítica genética, a história cultural e a edição. *Estudos: Linguísticos e Literários*, n. 42. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, julho-dezembro 2010, p. 171-202.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica. Coordenadores: Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997.

BORGES, Rosa. A filologia e os lugares das críticas textual, genética e sociológica: por um estudo de *Quincas Berro d'Água*, adaptação de João Augusto. In: TELLES, Célia Marques; SANTOS, Rosa Borges dos (Orgs.). *Filologia, críticas e processos de criação*. [Curitiba]: Apuris, 2012a, p. 127-136.

_____. Edição crítica em perspectiva genética. In: _____. et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012b, p. 60-105.

CAMÕES, Luís de. *Rhythmas*. A custa de Esteuão Lopes mercador de libros. Lisboa: Manoel de _____. *Rimas várias*. Comentadas por Manoel de Faria y Sousa. Nota introdutória do Prof. F. Rebelo Gonçalves. Prefácio do Prof. Jorge de Sena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, 5 t. em 2 v. Reprodução fac-similada da ed. de 1695. Edição comemorativa do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas*.

_____. *Rimas*. Acrescentadas nesta segunda impressão [...] À custa de Esteuão Lopes mercador de libros. [Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1598].

CANCIONEIRO de Luís Franco Correa 1557-1569. Fac-símile do códice n. 4413 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, 1972.

GRÉSILLON, Almuth. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Tradução de Cristina de Campos Velho et al. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MATOS, Eduardo Silva Dantas de. Edição genética. In: BORGES, Rosa et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012, p. 106-135.

MORRÁS, María. Informática y crítica textual: realidades y deseos. In: BLECUA, J. M.; CLAVERÍA, G.; SÁNCHEZ, C.; TORRUELLA, J. (Eds.). *Filología e informática. Nuevas tecnologías en los estudios filológicos*. Barcelona: Universidad Antónoma de Barcelona (Seminario de Filología e Informática, Departamento de Filología Española), 1999, p. 189-210.

PEREIRA FILHO, Emmanuel. *As rimas de Camões*. Cancioneiro de ISM e comentários. Edição póstuma preparada e organizada por Edwaldo Machado Cafezeiro e Ronaldo Menegas. Com fac-símile do manuscrito. Rio de Janeiro: Aguilar; Brasília: INL, 1974.

QUENTIN, Henri. *Essais de critique textuelle (Ecdotique)*. Paris: A. Picard, 1926.

REINACH, Salomon. *Manuel de philologie classique*. 2. ed. rev. e aum. Paris: Hachette, 1883, 2 vols. [1. ed. 1879].

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. e atual. [São Paulo]: Ars Poetica/Edusp, [1994].

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. *O cancionero do Padre Pedro Ribeiro*. Coimbra: Impr. da Universidade, 1924.